

UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PARA O ESTUDANTE COM AUTISMO

Carla Lucchesi Alves Balio²⁴
Karina Melo Leão²⁵

RESUMO

O autismo é caracterizado por vários fatores sugeridos como causas genéticas e predominantemente por dificuldade com interação social e comunicação, frequentemente têm condições comórbidas e o nível intelectual é muito variável. Com a vigência da lei de inclusão, algumas estratégias foram desenvolvidas, mas a falta de articulação e alinhamento entre as escolas e as áreas de saúde, fornecendo um acompanhamento multidisciplinar além do despreparo na formação de professores tornam-se os grandes entraves para uma efetiva inclusão escolar. Além da necessidade de formação específica para que os professores atuem de maneira mais eficaz e eficiente no auxílio aos estudantes autistas, promovendo um desenvolvimento profissional de maior compreensão ao transtorno do espectro do autismo com instrução diferenciada para as diversas necessidades.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Metodologias.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teórica propõe uma análise profunda da interseção entre as demandas impostas pelo autismo, as estratégias de inclusão preconizadas pela legislação vigente e as lacunas existentes na formação dos educadores. Nesse contexto, surge a problematização sobre como superar os desafios inerentes à inclusão de estudantes autistas no ambiente de ensino regular. Esses desafios são agravados pelas complexidades no desenvolvimento desses estudantes, que, por sua vez, resultam em especificidades no processo de ensino-aprendizagem, manifestando-se através de dificuldades relacionadas ao comportamento, comunicação e interação social.

Ao abordar a questão da inclusão escolar de estudantes autistas, é crucial

²⁴ Pós-graduada em Educação Especial em Transtorno do Espectro Autista - ABA pela Faculdade Famart.
E-mail: carlaleitura@gmail.com

²⁵ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Ciências, Matemática e Pedagogia. Mestra em Educação.

questionar como as teorias e bibliografias estudadas podem ser efetivamente aplicadas na prática educacional. A pesquisa destaca a urgência de ajustes como necessidades prioritárias para garantir o acesso a uma educação de qualidade e equitativa. Esses ajustes são essenciais para promover a integração do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no corpo discente, sem que professores e gestores o percebam como pertencente exclusivamente à educação especial.

Assim, o cerne da problematização reside na busca por práticas inclusivas mais significativas e compassivas, considerando a formação dos educadores não apenas como um requisito burocrático, mas como um alicerce fundamental para o desenvolvimento pleno de cada estudante autista. Como garantir, de maneira efetiva, que a legislação vigente, que preconiza a inclusão, seja implementada de forma a atender às demandas específicas desses estudantes, levando em consideração suas necessidades particulares no que tange ao comportamento, comunicação e interação social?

Dessa forma, a pesquisa se propõe a contribuir para o avanço do debate acerca da inclusão escolar de estudantes autistas, visando criar um ambiente holístico que propicie o desenvolvimento pleno de cada indivíduo. Afinal, a inclusão vai além da mera presença física do estudante autista na sala de aula, requerendo uma abordagem pedagógica e estrutural que reconheça e atenda às suas necessidades de forma integral.

2 DESENVOLVIMENTO

Para atingir as necessidades supracitadas se faz necessária uma busca na adaptação curricular e metodológica que efetivamente propiciem a assimilação do conhecimento e o progresso educacional, ocorrendo uma inserção social de fato, executando, portanto, aquilo que é garantido por lei de direito. Porém a falta de capacitação dos profissionais da educação, de estruturas e recursos oferecidos pelas escolas, ainda são fatores impedidores para a consolidação da educação para o autista, gerando situações de conflito podem ser consideradas incompatíveis e antagônicas, dificultando a ação de integração de todos no ambiente escolar.

Tratamentos e terapias devem ocorrer de forma concomitante com as abordagens pedagógicas, pois devido à difícil compreensão do autismo deve haver um acompanhamento multidisciplinar no atendimento do indivíduo com o apoio e participação dos responsáveis para otimizar a capacitação, autonomia e desenvolvimento do autista.

2.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO AUTISMO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) 30/03/2022, o transtorno do espectro autista está relacionado a uma variação no funcionamento típico do cérebro, onde suas características podem ser identificadas na primeira infância. Vários fatores são sugeridos como evidências científicas, tanto genéticos estimando-se 90% hereditariedade, como ambientais. Mas ainda grande parcela da etiologia genética permanece desconhecida.

É caracterizado por dificuldade com interação social e comunicação, além de outras atividades atípicas nos padrões de interesse e comportamentos limitados ou estereotipados, com sensibilidade aguçada que causa prejuízo e incômodo. As habilidades e necessidades dos autistas são variáveis podendo evoluir com a idade. Portanto, as pessoas com autismo sofrem impactos em seu processo de formação educacional assim como em sua capacidade produtiva.

Conforme traduzido e adaptado por Aguiar, Vinicius em 04/ 2017 “Frequentemente têm condições comórbidas, como epilepsia, depressão, ansiedade e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. O nível intelectual varia muito de deterioração profunda a casos com altas habilidades cognitivas.”

2.2 CRITÉRIOS PARA DIAGNÓSTICO

De acordo com a nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID – 11) que passou a vigorar em janeiro de 2022 colocando o autismo com um código próprio, o 6A02 – Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O TEA está contido nesta classificação, pois é um transtorno persuasivo de neurodesenvolvimento.

Na CID-11, o Transtorno do Espectro do Autismo é identificado pelo código 6A02 substituindo o F84.0, e as subdivisões passam a estar relacionadas com a presença ou não de Deficiência Intelectual e/ou comprometimento da linguagem funcional. Segundo o Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais DSM-5 sem a atualização do CID 11 mantém a classificação.

2.3 TRATAMENTOS E TERAPIAS

Alguns autores afirmam que o tratamento deve estruturar-se de acordo com as etapas de vida do paciente. Sendo assim, segundo Bosa (2006, v. 28, supl.):

com crianças pequenas, a prioridade deveria ser terapia da fala, da interação social/linguagem, educação especial e suporte familiar. Já com adolescentes, os alvos seriam os grupos de habilidades sociais, terapia ocupacional e sexualidade. Com adultos, questões como as opções de moradia e tutela deveriam ser focadas. Infelizmente, há poucas opções de moradia em nosso país – uma área que tem sido grandemente negligenciada, causando preocupações para os pais.

É importante salientar que o diagnóstico precoce é de maior relevância para resultados mais eficazes no tratamento e desenvolvimento do autista que possui características muito típicas, podendo ser notadas ainda na primeira infância.

O tratamento é complexo, focando-se em medicamentos neurolépticos que reduzem os principais sintomas, diminuindo a agitação, irritação e agressividade, que dificultam a interação e aprendizagem. Entretanto, devemos ressaltar que não podemos considerar a psicofarmacoterapia como único tratamento, mas sim como um coadjuvante minimizador de sintomas, o que também facilita abordagens multidisciplinares objetivando o desenvolvimento social e educacional.

Devido o diagnóstico do TEA ser considerado crônico, é de suma importância o acompanhamento permanente dos profissionais envolvidos.

2.4 INCLUSÃO ESCOLAR, PRÁTICAS DOCENTES E AUTISMO

Com a vigência da lei de inclusão, observou-se um notável aumento nas matrículas de crianças com deficiência no Brasil, e com isso autistas estão cada vez mais frequentes dentre os estudantes. Assim sendo, estudos vêm demonstrando a possibilidade real da prática de inclusão da criança autista na escola.

Para exercer a função de educador com qualidade e competência é necessário especialização, flexibilidade, interesse e envolvimento. Um dos aspectos que configura a inclusão é a atenção individualizada, considerando características próprias de cada indivíduo promovendo o desenvolvimento integral da aprendizagem do educando.

E, para que a inclusão ocorra de maneira efetiva, algumas estratégias foram desenvolvidas como: (SRMs) salas de recursos multifuncionais, AEE (Atendimento Educacional Especializado), investimentos na formação de professores e acessibilidade. Entretanto, as noções estruturantes do PNE e a transformação da lei devem ser executadas de fato para que ocorra uma efetiva integração e transformação na educação inclusiva.

2.5 AS DIFICULDADES DA INTEGRAÇÃO DO ESTUDANTE AUTISTA NA ESCOLA

Um dos principais entraves para a integração do estudante autista no processo de desenvolvimento no ensino-aprendizagem está no entendimento por parte dos gestores escolares de que ele é um integrante do ensino regular e não da educação especial. Como diz Vera Capellini (04/2022): “A escola precisa pensar, planejar e desenvolver atividades que atendam a todos os alunos. Parece algo utópico, mas é o que diz a lei: a escola deve ser inclusiva, para todos e cada um”.

Há outros obstáculos que dificultam a integralidade da inclusão, como falta de articulação e alinhamento entre as escolas e as áreas de saúde, fornecendo um acompanhamento multidisciplinar recomendado para o estudante autista, como fonoaudiólogos por exemplo. Além do despreparo na formação de professores que atuam como AEE.

De acordo com requisitos legais da Resolução, para a atuação no AEE o professor necessita de licenciatura de pedagogia com habilitação em Educação Especial e formação continuada em cursos de especialização e aperfeiçoamento. Conforme trecho (ROPOLI et al., 2010, p.28):

Para atuar no AEE, os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdos específicos do AEE, para melhor atender a seus alunos.

Sendo assim, compete ao governo ofertar cursos de formação continuada para professores a fim de atender os propósitos da Educação Especial numa perspectiva inclusiva. Devemos salientar também que para os professores que atuam nas salas de recursos, não constam com a mesma clareza, nas determinações com relação às formações exigidas nos documentos da política de inclusão, sabendo-se que quanto maior a diversidade da demanda de estudantes com deficiências maior a necessidade de conhecimentos gerais e formações específicas desses educadores. Segundo HENGEMÜHLE, (2007 apud ROSELEN, 2013, p. 4).

Mostra em suas pesquisas uma preocupação com a formação desses profissionais que atuam em salas de recursos multifuncionais enfatizando que a [...] formação continuada em serviço permite aos professores: Organizados em grupos de estudo, por componente curricular, buscam estudar, de conteúdo em conteúdo, o contexto, as situações, os problemas que originaram os conteúdos e as suas significações em contextos, situações e problemas reais para alunos reais.

Ter conhecimento sobre o TEA convém a toda sociedade, pois a capacidade de

superar as dificuldades geradas por essa patologia deve ser maior que as condições limitantes que ela possa provocar, permitindo assim que o indivíduo portador de autismo tenha garantida condições de integração social no exercício da sua cidadania.

“Gonçalves, Abrão e Manzato (2014), embora haja obstáculos na inclusão [...], autorizar a relação com estes significa aumentar as chances de interagir com o outro, respeitar as diferenças e adquirir um novo modo de pensar sobre os demais.”

Então espera-se, segundo Lira (2004, p.13): “promover uma melhor adaptação do indivíduo ao ambiente”. E assim, manter o estudante autista em sala de aula para seu desenvolvimento de acordo com as possibilidades de suas limitações.

Portanto, mais do que a aprendizagem em si, é necessário obter um ensino de qualidade respeitando as competências e habilidades de cada aluno e que ofereça atividades diferenciadas considerando o conhecimento de cada aluno.

2.6 METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS AUTISTAS

A aplicação de metodologias e estratégias para o estudante autista depende de aspectos como: adequação do currículo escolar, reelaboração do projeto político pedagógico, formação continuada dos profissionais da educação e estruturação física, de material e de recursos humanos.

De acordo com estudos e pesquisas sobre metodologias e estratégias de ensino para estudantes autistas, as mais relevantes fundamentam-se na observação do comportamento.

O objetivo principal dessa metodologia é ensinar comportamentos e habilidades aos indivíduos com dificuldades para que eles se tornem independentes e inseridos na comunidade. Para que isso seja possível, os profissionais utilizam técnicas para o desenvolvimento da comunicação, das habilidades sociais, de brincadeira, acadêmicas e de autocuidados (Figueiredo, 2014, p. 48).

É muito indicado aos educadores o conhecimento da ABA (Applied Behavior Analysis), teoria baseada na interpelação comportamental que demonstra ser significativamente eficaz. Dentre as metodologias/estratégias podemos destacar:

PROMPT que auxilia no desenvolvimento da fala, que segundo Figueiredo (2014, p.55) “faz parte da técnica comportamental e tem o objetivo de ajudar a criança a emitir as respostas corretas”;

DTT (Discrete Trial Teaching) caracteriza-se conforme Lear (2004, p. 6) por: “dividir sequências complicadas de aprendizado em passos muito pequenos ou separados ensinados um de cada vez durante uma série de tentativas, junto com o reforçamento positivo e o grau de ajuda que for necessário para que o objetivo seja alcançado.” CAA (Métodos de comunicação alternativa e ampliada) Nunes (2003; 2008, apud Mizael; Aiello, 2013, p. 624) define esse método como “um conjunto de métodos e técnicas que possibilitam a comunicação a indivíduos sem ou com pouca fala funcional”.

PECS (Picture Exchange Communication System) conforme descrito por Bondy e Frost (2001, apud Mizael; Aiello, 2013, p.624) “esta é uma estratégia comumente utilizada para intermediar a comunicação entre uma pessoa com autismo e um adulto; ela utiliza trocas de figuras.”

SON-RISE nesta abordagem centrada na criança, adota-se um estilo reativo de interação, partindo do desenvolvimento inicial de uma profunda compreensão e apreciação da pessoa, como ela se comporta, interage, se comunica, e quais seus interesses. As atividades são desenvolvidas de forma adaptada para serem divertidas e prazerosas na residência da criança com o envolvimento e auxílio dos pais.

PADOVAN é um método de reorganização neurológica que torna o indivíduo capaz de andar, falar e pensar. É uma estratégia para reabilitar o sistema nervoso central e pode ser aplicada em todas as faixas etárias.

TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped children) é um método psicopedagógico onde desenvolve-se simultaneamente a linguagem receptiva e a expressiva. Estímulos, visuais, sonoros e comportamentais são realizados (através de cartões, fotos, sons, movimentos, etc.) para uma comunicação sensorial.

SCERTS (Social Communication, Emotional Regulation and Transactional Support) é um método que prioriza a comunicação social para o ajustamento emocional através da implementação de apoios transacionais (por exemplo, apoio interpessoal, apoios de aprendizado) é uma abordagem abrangente e multidisciplinar incluindo educação geral e especial, terapia ocupacional, psicologia infantil, psiquiatria, e assistência social.

FLOORTIME recebe essa denominação porque os adultos vão para o chão, para poder interagir com a criança no seu nível e olho no olho. É um método baseado em relacionamento, onde a interação com a criança é orientada guiando as habilidades apresentadas para o desenvolvimento emocional.

É de grande importância que os profissionais da educação tenham conhecimento

desses métodos supracitados, mas é imprescindível que profissionais experientes determinem o método mais adequado, além é claro de outras abordagens terapêuticas por profissionais de saúde sejam concomitantes no processo escolar.

3. CONCLUSÃO

Em conclusão, a presente pesquisa emerge como uma contribuição valiosa para o avanço do debate sobre a inclusão escolar de estudantes autistas, destacando a interseção complexa entre as demandas impostas pelo autismo, as estratégias de inclusão preconizadas pela legislação e as lacunas na formação dos educadores. Ao considerar a formação dos educadores não apenas como um requisito burocrático, mas como um alicerce fundamental para práticas inclusivas mais significativas e compassivas, este trabalho busca promover um ambiente holístico propício ao desenvolvimento pleno de cada estudante.

O desafio de incluir o autista no ambiente de ensino regular é reconhecido, principalmente diante das complexidades no seu desenvolvimento, que se refletem em especificidades no ensino-aprendizagem, abrangendo dificuldades relacionadas ao comportamento, comunicação e interação social. As teorias e bibliografias estudadas evidenciam a urgência de ajustes como necessidades prioritárias para garantir o acesso a uma educação de qualidade e equitativa, possibilitando a integração do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no corpo discente, sem que professores e gestores o percebam apenas como pertencente à educação especial.

Diante disso, a pesquisa ressalta a importância de superar visões restritas e estigmatizadas, promovendo uma abordagem inclusiva que transcenda barreiras e promova um ambiente educacional acolhedor para todos. Ao direcionar o olhar para as necessidades específicas dos estudantes autistas e enfatizar a formação contínua dos educadores, esta pesquisa propõe não apenas reflexões, mas ações concretas para a construção de um sistema educacional mais equitativo, onde a inclusão seja não apenas um ideal, mas uma prática efetiva e compassiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO JR, F. B.; PIMENTEL, A. C. M. **Autismo Infantil**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 22. n. suppl 2. p. 37–39. dez, 2000.

AUTISMO E VIDA, INSTITUTO. **Métodos de Abordagem**. Disponível em: <<http://www.autismoevida.org.br/p/metodos-de-abordagem.html>>. Acesso em: 1 out. 2022.

BOSA, CLEONICE ALVES. **Autismo: intervenções psicoeducacionais.** Brazilian Journal of Psychiatry [online]. 2006. v. 28. suppl 1. pp.s 47-53. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500007>>. Epub 12 Jun 2006. ISSN 1809-452X. Acesso em: 30 set. 2022.

ISCHKANIAN, S. H. D. **Métodos, Programas e Técnicas Educacionais para Autistas.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Autismo-Metodos-e-programas.pdf>>.

INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF DISEASES, ELEVENTH REVISION (ICD 11), World Health Organization (WHO) 2019/2021. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11>. Licensed under Creative Commons Attribution-NoDerivatives 3.0 IGO licence (CC BY-ND 3.0 IGO).

JESUS, E. F.; RODRIGUES, D. S.; SILVA, R. S. **Os Desafios da Inclusão Escolar de Crianças com Autismo: da teoria a prática.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17595/1/artigo%20Inclus%c3%a3o%20Denise%2c%20Elisleide%2c%20Renataconcluido.pdf>>. Acesso em 29 set. de 2022.

MENDONÇA DE SOUZA ARAÚJO, G. et al. **Um olhar sobre os desafios na prática do professor na sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID12111_22092019161309.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

NEPOMOCENO, T. A. R.; COSTA, A. F. C.; PICELLI, L. A. **Inclusão Escolar: Aspectos Legais e Ação Docente.** [s.l: s.n.]. Acesso em: 26 de set. de 2022.

OLIVEIRA, S. DE L. A.; TOMAZ, E. B.; SILVA, R. J. DE M. **Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades.** Revista Educação Pública, v. 21, n. 3, 26 jan. 2021. Acesso em: 29 set. 2022.

ORGANIZATION, WORLD HEALTH. **Autism Spectrum Disorders (ASD).** Disponível em: <[https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-\(asd\)](https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-(asd))>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

UNESP, JORNAL DA. **No mês da conscientização mundial sobre o autismo, especialistas da Unesp debatem desafios da inclusão escolar.** Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2022/04/04/no-mes-da-conscientizacao-mundial-sobre-o-autismo-especialistas-da-unesp-debatem-desafios-da-inclusao-escolar/>>. Acesso em: 21 set. 2022.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S. ZANON, R. B. **Inclusão Escolar e Autismo: Sentimentos e Práticas Docentes.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, 2020. Acesso em: 26 set. 2022.